



ACONTECE

ANO 39 - EDIÇÃO 326 - ABRIL / 2024



DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO
Desenvolvedor-chefe de Gestão e Juízo
CARF

CARLOS HIRINO R. DE ALENCAR
Presidente - CARF
Conselho de Administração de Recursos Fiscais

CARF ATENDE DEMANDA DO SINDICOMIS/ACTC E CRIA CÂMARA ESPECIAL PARA QUESTÕES ADUANEIRAS

Este é o novo Acontece



A partir de janeiro de 2024, adotamos uma periodicidade mensal, enriquecendo nosso conteúdo com ainda mais notícias atualizadas sobre comércio exterior. Nosso objetivo é fornecer informações valiosas para embasar suas decisões estratégicas – e as dos seus clientes.



Grupo Técnico Jurídico de Comércio Exterior avança em discussões cruciais para o setor



LUIZ RAMOS: Presidente do SINDICOMIS/ACTC/CIMEC

Sob a égide do COMITEC, e com o robusto apoio do SINDICOMIS e da ACTC, o Grupo Técnico Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J) realizou sua 25ª reunião ordinária virtual. Este encontro se destacou pela discussão de temas críticos que influenciarão diretamente o comércio exterior e a tributação no Brasil.

Coordenada pela Dra. Bruna Antonini e contando com a participação remota de renomados membros e especialistas, a sessão explorou desde pareceres jurídicos até projetos de lei, com um enfoque especial nas mudanças propostas pela reforma tributária e nas regulamentações aduaneiras. A reunião também abordou os desafios enfrentados pelas empresas prestadoras de serviços aos setores de importação e exportação.

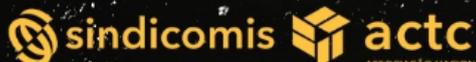
Um dos pontos mais debatidos foi o Projeto de Lei nº 508/2024, que visa consolidar a legislação federal de comércio exterior. Os membros do GT-J, juntamente com representantes do SINDICOMIS e da ACTC, avaliaram as implicações dessa consolidação, sublinhando a importância de considerar penalidades e infrações para evitar abordagens exclusivamente arrecadatórias.

Ademais, a questão da "Cobrança de Adicional de Armazenagem" após as normativas da ANTAQ (Resolução Normativa nº 62/2021 e Resolução 112/2024) foi pauta de discussão, com a decisão de aguardar novas diretrizes antes de formular recomendações. Este posicionamento reflete a complexidade e a dinâmica das regulamentações no setor marítimo.

A reforma tributária, especialmente o novo regime de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) que pretende substituir o PIS/COFINS, também ganhou destaque. Devido à complexidade das mudanças propostas, optou-se por adiar a discussão para uma análise mais aprofundada nas próximas reuniões.

Reforçando a importância da colaboração interorganizacional, a Dra. Bruna Antonini destacou a necessidade de engajar a opinião pública e as autoridades em um diálogo construtivo. "É essencial que as reformas sejam amplamente debatidas, garantindo que sejam justas e efetivas para fortalecer nosso setor", enfatizou Antonini.

O próximo encontro do GT-J está marcado para 23 de maio de 2024, onde se espera continuar as discussões estratégicas que irão definir o futuro do comércio exterior no Brasil.



SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÓRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÓRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS



anos de sucesso

Presidente do CARF anuncia criação de câmara sugerida pelo SINDICOMIS/ACTC

Durante o COMITEC realizado em 26 de abril, no auditório do SINDICOMIS/ACTC, o presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Carlos Higino Ribeiro de Alencar, anunciou oficialmente a criação de uma câmara especializada em matéria aduaneira. “Esse era um pedido recorrente do presidente destas entidades, Luiz Ramos”, lembrou. Também participou do evento Dario da Silva Brayner Filho, coordenador-geral de Gestão e Julgamento do órgão.

Câmara especializada em temas aduaneiros

A criação de uma câmara específica para tratar de questões aduaneiras era uma proposta defendida há anos pelo SINDICOMIS/ACTC, amparada por sólidas estatísticas do próprio CARF sobre o elevado número de processos dessa natureza. “Porém, o principal aspecto reside na complexidade das legislações e nos altos valores envolvidos nas demandas jurídicas do comércio exterior”, ressalta Ramos.

A partir de maio, os julgamentos aduaneiros ficarão a cargo da 4ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do CARF. Ela será composta por duas turmas. Os conselheiros se reunirão pela primeira vez entre os dias 21 e 23 de maio.

Competências da nova câmara

Dentre suas competências figurarão os julgamentos sobre contribuição para o PIS/Pasep e Cofins; IPI; Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF); Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); infração relativa à fatura comercial; trânsito aduaneiro e demais regimes aduaneiros especiais e regimes aplicados em áreas especiais; valor aduaneiro; bagagem; imposto de importação e imposto de exportação.

Atualmente, 43% do acervo de processos da 3ª Seção de Julgamento do CARF, totalizando valores que somam R\$ 36 bilhões, envolvem questões aduaneiras. Com o advento da nova câmara especializada, cujos membros serão profissionais versados na legislação do comércio exterior, espera-se reduzir a aplicação incorreta de

institutos tributários em demandas aduaneiras, conferindo assim maior segurança jurídica e agilidade na tramitação desses julgamentos.

Reforma tributária e comércio exterior

Segundo Carlos Higino, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confidenciou-lhe a felicidade de ter entregue pessoalmente, dois dias antes (24), ao presidente da Câmara, Arthur Lira, o primeiro projeto de lei para



regulamentar a reforma tributária, já aprovada por meio de Proposta de Emenda à Constituição no ano anterior.

Higino ressaltou que Haddad enfatiza constantemente que um dos principais objetivos da reforma é não prejudicar o sistema produtivo brasileiro. “A desoneração dos tributos tem tudo a ver com o comércio exterior”, afirmou.

Sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Higino ponderou: “É importantíssimo que os agentes do comércio exterior acompanhem essa situação, justamente porque os grandes prejudicados em termos de recebimento dos créditos não pagos de Imposto de Renda e ICMS eram os exportadores. Esta será uma das grandes mudanças”.

Ele destacou que, ao simplificar o regime tributário, a reforma permitirá que o Brasil exporte produtos com maior valor agregado, inserindo-se assim nas cadeias globais de valor.

O presidente do CARF discorreu extensamente sobre o Comitê Gestor, órgão que terá representantes de estados e municípios e será responsável por fixar as alíquotas do IBS, imposto a ser administrado pelos governos locais.

Patamares inaceitáveis de litígios tributários

Higino explicou que, mesmo após a abertura econômica brasileira na década de 1990, o país ainda enfrenta dificuldades para se inserir plenamente nas cadeias produtivas globais. “Precisamos adotar uma visão de simplificação tributária. Chegamos a patamares inaceitáveis em termos de litígio tributário”, disse, referindo-se ao atual montante de valores envolvidos nos processos em julgamento, que supera a marca de R\$ 1 trilhão.

Segundo o presidente do CARF, o modelo brasileiro de resolução de conflitos tributários é democrático e participativo, uma característica ímpar. “É um modelo sui generis e nenhum país da OCDE possui algo semelhante”, observou. Um dos diferenciais é que, no Brasil, o contribuinte que deseja recorrer não precisa realizar nenhum depósito garantidor ou arcar com taxas para interpor o recurso.

Modernização e aproximação dos contribuintes

Higino reconhece que o estoque de processos no CARF é muito grande e inadmissível, comprometendo-se a reduzi-lo. Ele também pretende melhorar a imagem institucional do órgão que preside, atualmente pouco conhecido pela sociedade. Essa observação decorre do fato de que, logo no início do terceiro mandato de Lula, a reforma do voto de qualidade ganhou destaque na mídia econômica nacional. Segundo ele, essa mudança foi pensada de forma distinta, como um incentivo ao pagamento de tributos.

Carlos Higino revelou que, atualmente, a convergência entre os votos dos conselheiros indicados pela Fazenda e pelos contribuintes atinge 80%, e que o voto de qualidade é relevante apenas nos grandes temas tributários em que há controvérsias.

O modelo de desempate

O atual modelo de desempate é diferente do utilizado no passado. “Hoje, quando há um empate [e a decisão final é a favor da Receita], a multa é excluída e, se o contribuinte pagar, os juros também são [eliminados]”, explicou. A ideia é criar estímulos para que o contribuinte quite suas obrigações, reforçou.

Segundo ele, atualmente, o CARF luta para se desvencilhar da imagem de ser um ente gerador de conflitos com os contribuintes, objetivando ser visto como um órgão próximo aos pagadores de impostos.

Iniciativas para agilizar julgamentos

Higino também apresentou um balanço das iniciativas do CARF para reduzir o acervo de processos e agilizar os julgamentos, como a aquisição de novos equipamentos, o plenário virtual, a Inteligência Artificial de Recursos Administrativos (IARA), a nova sede, a cooperação internacional para adoção de melhores práticas (BID), a certificação ISO (convênio UFBA) e a capacitação dos conselheiros (Escola CARF-ENAP).

Dados e temas pontuais apresentados

O coordenador-geral de Gestão e Julgamento, Dario da Silva Brayner Filho, apresentou dados quantitativos do tribunal e abordou temas pontuais, como a MPV 1160/2023, a Portaria nº 139/23, o PL nº 2.384/2023 e a Lei nº 14.689/2023, prevendo que, até setembro, o CARF tenha julgado processos que somam R\$ 800 bilhões.

Ao final, os presentes puderam formular perguntas aos palestrantes.



Ministro Barroso agradece por estudo elaborado pelo GT-J, órgão do SINDICOMIS/ACTC

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), manifestou seu apreço e destacou a relevância do parecer intitulado “Presunção de Boa-fé do Contribuinte pelo Fisco: Direito Existente ou a Construir?”, elaborado pelo Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J). Esse órgão é vinculado ao SINDICOMIS/ACTC e, atualmente, coordenado pela Dra. Bruna Antonini.

O parecer é fruto de um amplo estudo, conduzido pelo GT-J desde o ano passado. A conclusão lança luz sobre um tema sensível não apenas para os players do comércio exterior, mas, em um contexto mais abrangente, para todos os cidadãos e empresas contribuintes. Afinal, na maioria das vezes, quando há uma autuação por parte da Receita Federal, cabe ao suposto infrator provar sua boa-fé – ou seja, ele é considerado “culpado” até que prove o contrário. Essa condição implica em restrições que causam prejuízos de diversas naturezas a eles.

O agradecimento do ministro Barroso foi transmitido ao presidente do SINDICOMIS / ACTC, Luiz Ramos, por meio da chefe de Gabinete da Presidência do Supremo Tribunal Federal, Fernanda de Paula.

Além do STF e CNJ, o parecer também foi encaminhado ao vice-presidente da República e ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin; ao secretário da Receita Federal do Brasil (RFB); ao coordenador-geral da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira da SRFB (COANA/SRFB); à secretária de Comércio Exterior do MDIC; ao presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); aos presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), além dos presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3 - SP) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4 - RS).



SINDICOMIS e ACTC apoiam iniciativa do governo federal de incentivar mulheres nas carreiras do comex

No início de abril, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério das Mulheres firmaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para promover a inclusão de mulheres jovens no comércio exterior. O SINDICOMIS e a ACTC, duas entidades patronais do setor, apoiam a iniciativa.

“Apesar de o comércio exterior ser um dos setores mais dinâmicos, abrangentes, com amplitude geográfica – afinal, falamos do mundo inteiro – e sem previsões negativas, observamos que a participação de jovens, especialmente mulheres, ainda está aquém do potencial”, pondera Luiz Ramos, presidente do SINDICOMIS e da ACTC. Segundo ele, no Brasil, as áreas de despacho aduaneiro, agenciamento de cargas e operações de trânsito aduaneiro empregam, atualmente, em torno de 16 mil profissionais.

Conforme o estudo “Mulheres no Comércio Exterior: Uma Análise para o Brasil”, da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, apenas 32,5% dos postos de trabalho nas empresas importadoras e exportadoras são ocupados pelo público feminino. Além disso, observa-se que a presença de mulheres é proporcionalmente maior em pequenos negócios (com até nove funcionários). Quando se analisa a composição societária, o cenário é ainda mais desigual: somente 14% das empresas exportadoras brasileiras são lideradas por mulheres em seus quadros diretivos. Essa participação feminina é ligeiramente superior entre micro e pequenas empresas.

Como parte do acordo interministerial, estão previstas

ações concretas para incentivar e qualificar mulheres de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social. Isso inclui, por exemplo, a oferta de cursos a distância para formar analistas de comércio exterior e auxiliares de despacho aduaneiro e fomentar o empreendedorismo feminino no ramo. Paralelamente, programas como “Elas Exportam” (MDIC) e “Asas para o Futuro” (Ministério da Mulher) também apoiarão as capacitações profissionais.

“Empresas atuantes no comércio exterior se apresentam como uma oportunidade para as mulheres receberem melhores salários e desenvolver maior nível de qualificação”, afirma o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, complementa: “É uma oportunidade para fazer a diferença na vida de jovens mulheres e criar um caminho para que façam crescer sua renda e, assim, tenham maior participação na economia”.



Aeroporto do Galeão terá voo semanal da maior empresa de transporte de cargas do mundo



A partir de maio, o Aeroporto Internacional Tom Jobim (GIG), na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro, terá voos semanais da tradicional aeronave “jumbo” da empresa Atlas Air, responsável pela maior frota de boeings 747 – que realizam transporte de cargas – do mundo.

A RIOgaleão, concessionária que administra o GIG, informou que, toda quinta-feira, a Atlas Air realizará a rota Miami-Rio-Santiago, saindo da cidade norte-americana às 11h15 (de Brasília), pousando em solo carioca às 19h15 e decolando rumo ao Chile às 21h15.

Ainda de acordo com a concessionária, os voos serão operados pelos boeings 747-400 e 747-8F da companhia, que comportam cerca de 100 toneladas e atendem à demanda de transporte aéreo de cargas de grandes dimensões, trazendo oportunidades e mostrando o investimento na economia do RJ.

SINDICOMIS/ACTC ampliam trabalhos conjuntos com a ANTT



Em 28 de março, Luiz Ramos, presidente do SINDICOMIS/ACTC, reuniu-se em Brasília (DF) com membros da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir temas como imposto único; ICMS e formação de grupos de trabalho e intercâmbio de técnicos de ambas as partes (governo com SINDICOMIS / ACTC), com o objetivo de desenvolver acordos de colaboração voltados ao transporte internacional no Mercosul.

A reunião contou com a presença de Daniel de Castro, chefe da Assessoria de Relações Internacionais da ANTT; Marcia Lika Mon-Ma, sua substituta; e Guilherme Gontijo, coordenador de Relações Institucionais.

Proposta do FBL

De acordo com Luiz Ramos, a reunião foi um avanço para a criação do FBL, que envolverá uma legislação específica, com a definição do escopo de atuação e os procedimentos de cooperação com outras agências de comércio, transporte e segurança nacional no Mercosul.

Ramos incluiu na discussão algumas questões tributárias, como o ICMS, seguro e transporte único no Mercosul, assim como outras preocupações dos players dos setores que representa. Nesse sentido, ouviu dos seus interlocutores que a ANTT está preparando e prospectando para implementar melhorias e parcerias.

Contribuição da ANTT no Mercosul

De acordo com Daniel de Castro, a ANTT tem participado de várias reuniões com integrantes do Mercosul. Dias atrás, durante um encontro no Peru, ficou clara a necessidade de haver uma legislação mais específica envolvendo esse bloco comercial.

Castro também citou os grupos de trabalho que estão discutindo a figura do despachante aduaneiro, armazenagem, logística, frete, procedimentos de manuseio, qualificação de pessoal e inteligência, entre outros.

Ainda segundo ele, o Paraguai, atual líder do Subgrupo de Trabalho (SGT 5), já enviou um cronograma de reuniões, abrangendo a facilitação do comércio, o desenvolvimento de infraestrutura, regulamentações e cooperação aduaneira.

Compromissos futuros

A ANTT convidou formalmente o SINDICOMIS e a ACTC para participarem das atividades do SGT 5. O convite foi prontamente aceito por Ramos, que assumiu a responsabilidade de redigir uma primeira versão dos termos de um acordo de cooperação entre as entidades e a agência reguladora.

Ramos comunicou que a ACTC é a única representante oficial da FIATA - organização mundial de transitários sediada em Genebra, Suíça - no Brasil. Além disso, essa entidade trabalha ativamente na capacitação de motoristas na Europa.

Intercâmbio de especialistas e novas resoluções

Durante a reunião, ainda foi discutida a possibilidade de um intercâmbio de técnicos da ANTT e FIATA, por um período experimental de três meses. Essa iniciativa promoveria o aprendizado mútuo e aprimoraria os sistemas de transporte utilizados atualmente no Mercosul.

Em relação à Resolução ANTT nº 5.840/2019 (que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas, revogada pela Resolução ANTT nº 6.038/2024, Daniel Castro solicitou que o assunto seja tratado a partir de um protocolo inicial.

Homenagem



Com pesar, comunicamos o falecimento de **José Luiz Marques de Oliveira**, ocorrido no último 28 de abril.

Ele foi um renomado profissional que atuou com dedicação e excelência no comércio exterior como transitário.

Hugo Buser, diretor do SINDICOMIS/ACTC, presta suas homenagens:

“Trabalhei com ele de junho de 1975 até setembro de 1977, quando ele era Diretor Comercial da Comissária de Despachos Itapolis Ltda. Depois, quando fundei a Elotrans Transportes Internacionais, ele trabalhou conosco de 1987 até 2007, sempre com dedicação total à figura do transitário. Entre outros de seus muitos feitos, podemos destacar que José Luiz foi co-organizador da Brasil Export, em Nova Iorque, em 1972”.

Argentina permanece como destino estratégico para exportações brasileiras, apesar de oscilações conjunturais

Em 2023, o Brasil voltou a ser o principal fornecedor da Argentina, superando a China. É o que aponta o Perfil de Comércio e Investimentos-Argentina, estudo publicado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), divulgado em 29 de abril.

A Argentina é a 3º maior economia da América Latina e terceiro maior destino para as exportações brasileiras no mundo, ficando atrás somente da China e dos Estados Unidos. Em 2023, nossas exportações chegaram a US\$ 16,7 bilhões, com saldo positivo para o Brasil de US\$ 4,7 bilhões.

No comércio bilateral Brasil-Argentina, tão importante quando o valor é o que é exportado. Nossa pauta exportadora para a Argentina inclui commodities, como minério de ferro e soja, mas também produtos de alto valor agregado. Os produtos da indústria de transformação constituem a maior parte das vendas brasileiras àquele mercado.

Oportunidades

A partir do cruzamento de dados de competitividade do Brasil e das demandas internacionais, a gerência de Inteligência de Mercado da ApexBrasil identifica novas oportunidades de mercado e apoia as empresas a elaborar a melhor estratégia de inserção internacional para seus produtos.

Segundo o Mapa de Oportunidades, plataforma gratuita da ApexBrasil que oferece esse serviço, o mercado argentino oferece mais de 2.000 oportunidades para produtos brasileiros, o que pode representar cerca de US\$ 58 bilhões em negócios, especialmente em setores como máquinas e equipamentos de transporte.

Investimentos

A Argentina é tradicional destino para internacionalização das empresas brasileiras, devido a seu importante mercado consumidor e as



facilidades de acesso do Mercosul. Em 2022, o estoque de IED brasileiro na Argentina foi de US\$ 7,2 bilhões, o maior na série histórica desde 2013.

Com isso, a Argentina ficou na 12ª posição entre os principais destinos dos investimentos brasileiros, com destaque para a abertura de um centro de P&D da Agroceres em Florentino Ameghino, no valor estimado de US\$ 64,1 milhões, e para abertura de cinco lojas da Natura em Buenos Aires.

Em sentido contrário, em 2022 o valor investido pela Argentina no Brasil foi de US\$ 1 bilhão em 2022, após um pico de US\$ 11 bilhões em 2021. Ainda assim, tiveram destaque importantes investimentos greenfield argentinos anunciados, como a expansão das fábricas da Arcor (alimentos), em Campinas (SP), Rio das Pedras (RJ) e Contagem (MG), além do seu Centro de Distribuição em Campo Grande (MS), com um investimento estimado de US\$ 198,2 milhões em 2023, e a expectativa de criação de mais de 500 empregos diretos.



PARTE DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA
2024 SERÁ **DESTINADA AO APOIO ÀS**
VÍTIMAS DAS ENCHENTES

APOIO ÀS VÍTIMAS NO RS E CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA 2024

Prezados Associados e Filiados,

À medida que nos aproximamos da data de vencimento da **Contribuição Confederativa de 2024**, que ocorrerá em

29 de maio de 2024, queremos também chamar sua atenção para uma **iniciativa urgente** e de grande importância.

O estado do **Rio Grande do Sul** foi severamente afetado por uma calamidade recente e, em resposta a isso, o SINDICOMIS está comprometido em desempenhar um papel ativo no auxílio às vítimas.

Contribuição solidária

Anunciamos que **20% de cada contribuição confederativa arrecadada este ano será destinada ao auxílio das vítimas da tragédia** no Rio Grande do Sul. Este esforço conjunto reforça nosso compromisso com a responsabilidade social

e permite uma resposta rápida e eficaz às necessidades urgentes dos afetados.

Por que contribuição financeira?

Optamos por direcionar fundos da Contribuição Confederativa para garantir que o auxílio seja administrado de maneira eficiente e ajustada às demandas específicas da situação, evitando as complicações logísticas de coletar e distribuir produtos físicos.

Convocação para ação imediata

Solicitamos a todos que contribuam com a Contribuição Confederativa até a data de vencimento. Além de cumprir com uma obrigação legal e institucional, você participará ativamente de um esforço maior para ajudar nossos irmãos e irmãs em necessidade.

Incentivos para inadimplentes

Estamos também considerando estender esta iniciativa de ajuda para os **associados inadimplentes**. Propomos oferecer **percentuais progressivos de contribuição com base no tempo de dívida**, incentivando a regularização

financeira e **umentando o apoio às vítimas**.

Agradecemos antecipadamente por sua solidariedade e apoio continuado.

“Pernambuco Day” marca novo capítulo na infraestrutura de transportes do Brasil

No último 10 de abril, um encontro entre o ministro Silvio Costa Filho e a Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) aconteceu em Brasília, trazendo novas perspectivas para o setor de infraestrutura de transporte do Brasil. O evento, denominado Pernambuco Day, contou com a presença notável do SINDICOMIS, representado por seu presidente, Luiz Ramos, evidenciando a importância da colaboração entre o setor público e as entidades representativas para o avanço do comércio exterior e logística nacional.

Promovido pela FPPA em conjunto com o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), o Pernambuco Day visou aproximar autoridades governamentais do setor de infraestrutura de transportes, com o intuito de discutir e pautar uma agenda legislativa focada em melhorias substanciais para o país. O evento foi o pontapé inicial de uma série de encontros focados nas singularidades infraestruturais dos estados brasileiros, com Pernambuco, terra natal do Ministro de Portos e Aeroportos, sendo o primeiro estado a ser discutido.

Dentre os anúncios mais significativos do encontro, destaca-se o leilão programado para 23 de maio, com investimentos previstos em mais de R\$ 58 milhões, destinados aos terminais do Porto de Recife. Adicionalmente, foram mencionados R\$ 120 milhões em investimentos para a drenagem de canais e melhorias de infraestrutura, que prometem otimizar significativamente as operações portuárias e, por consequência, beneficiar o setor de comércio exterior.

Em consonância com o tema do encontro, a Câmara dos Deputados instalou uma comissão de juristas para elaborar uma proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias. Presente no Pernambuco Day, o relator da Comissão, desembargador Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, destacou a importância das contribuições do SINDICOMIS para o alinhamento dos temas a serem abordados, reforçando a relevância do diálogo entre o setor jurídico e os representantes do setor de transportes e comércio exterior.

Continuando o diálogo construtivo, o presidente do SINDICOMIS, Luiz Ramos, aproveitou a ocasião para apresentar os esforços e parcerias desenvolvidas pela entidade, incluindo a colaboração com a ACTC e a FIATA, ressaltando a importância de iniciativas como o Pernambuco Day para o reconhecimento e discussão das necessidades específicas de cada estado no que tange à infraestrutura de transportes.

Por fim, Mário Povia, presidente do IBI, estendeu um

convite honroso a Luiz Ramos para compor o Conselho do IBI, reforçando o papel crucial do SINDICOMIS e de suas entidades parceiras na construção de um diálogo produtivo entre o setor privado e o público.

O Pernambuco Day não apenas simboliza um passo significativo na busca por melhorias na infraestrutura de transportes do Brasil, mas também destaca o papel fundamental das entidades representativas, como o SINDICOMIS e a ACTC, em contribuir para esse diálogo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável do setor de comércio exterior brasileiro.



Pauta da reunião do GT-J discutiu ISSQN da cidade de São Paulo sobre fretes internacionais e outros temas

Em 25 de abril, o Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J), órgão vinculado ao SINDICOMIS/ACTC, reuniu-se para deliberar sobre pautas previamente agendadas e outras questões pontuais, como a cobrança de ISSQN sobre fretes internacionais pela Prefeitura de São Paulo.

Boas notícias

A abertura dos trabalhos foi marcada por duas notícias positivas vindas de Genebra, na Suíça, onde o presidente do SINDICOMIS/ACTC, Luiz Ramos, participava da reunião da cúpula da FIATA. Ramos comunicou que o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), manifestou apreço e destacou a relevância do parecer realizado pelo GT-J intitulado “Presunção de Boa-fé do Contribuinte pelo Fisco: Direito Existente ou a Construir?”. Ele também adiantou que, em maio, um novo fato relacionado à Organização Mundial das Aduanas será anunciado pelas entidades.

Debate sobre ISSQN sobre fretes internacionais

Antes de os trabalhos agendados começarem a ser votados, a questão do ISSQN sobre fretes internacionais foi debatida. Ramos sugeriu analisar a possibilidade de ingressar com uma ação coletiva nesse sentido. A coordenadora do GT-J, Dra. Bruna Antonini (foto), propôs que a Assessoria de Comunicação do SINDICOMIS/ACTC leve a questão à imprensa, na tentativa de ampliar o debate público sobre o tema. Também foi aventada a possibilidade de indagar os candidatos à Prefeitura de São Paulo sobre suas posições a respeito dessa cobrança indevida.

A Dra. Bruna solicitou ao Dr. Cláudio Eidelchtein que apure como esse mesmo problema foi resolvido na cidade de Santos (SP), no início dos anos 2000, e repasse essa informação aos demais integrantes do Grupo.

PLs nº 6.026/2009 e 508/2024 em discussão

Os primeiros temas debatidos foram os projetos de lei nº 6.026/2009 (que trata do conceito de importador) e nº 508/2024 (de autoria do senador Renan Calheiros, que visa consolidar a legislação federal sobre comércio exterior e dispõe sobre os Impostos de Importação e Exportação).

O Dr. Oswaldo Castro fez diversas ponderações, dentre as quais a de que a sistematização é importante, mas deve “conversar” com os instrumentos vigentes, especialmente os internacionais. Ele observou que a discussão envolvendo PIS/Cofins é antiga e poderá perder relevância com a aprovação da reforma tributária.



A Dra. Maria Helena Santos Silva Ferreira destacou que o momento atual presencia a sistematização internacional do direito aduaneiro, tendo em vista práticas comuns em muitos países. Ela citou o Código Aduaneiro do Mercosul, que ainda não foi aprovado, em parte porque o Brasil não viabilizou discussões com os players do comércio exterior.

O Dr. Cláudio, que acompanha de perto o PL nº 508/2024 em Brasília, revelou que a real intenção do senador Renan não é necessariamente o projeto em si, mas a criação de um Código Aduaneiro Nacional, visto como uma segunda fase. Nos próximos dias, algumas entidades deverão reunir-se com o relator, senador Esperidião Amin (foto), para debater o projeto.

A Dra. Bruna Antonini reforçou que a intenção é, via SINDICOMIS/ACTC, trazer melhorias às propostas, independentemente de outros projetos paralelos, como os códigos aduaneiros brasileiro e do Mercosul.

O Dr. Cláudio ressaltou que a oportunidade democrática de participar da elaboração das leis aduaneiras é inédita na história.

Adicional de armazenagem

Outro assunto deliberado foi a cobrança de adicional de armazenagem. Nesse sentido, o Dr. Cláudio comunicou que a ANTAQ promoverá, até o final deste ano, uma nova resolução ou a atualização da Resolução Normativa nº 62/2021, que rege o tema.

PIS/Cofins e valor aduaneiro

Quanto aos estudos relacionados ao PIS/Cofins nas importações e o valor aduaneiro, o Dr. Lucas Piva já encaminhou sua análise ao Dr. Mateus Soares de Oliveira, que será o revisor desse parecer jurídico. A conclusão deverá ocorrer em maio.

Reforma tributária

Sobre os impactos da reforma tributária nas empresas prestadoras de serviços ligados a exportações e importações, a Dra. Bruna propôs focar em um único aspecto, como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), sendo esta última aparentemente mais interessante para a área aduaneira.

Dada a extensão e tramitação em curso da reforma no Congresso, o Dr. Cláudio sugeriu adiar a análise desse tema para a próxima reunião. Sua propositura foi aprovada.

Pautas futuras

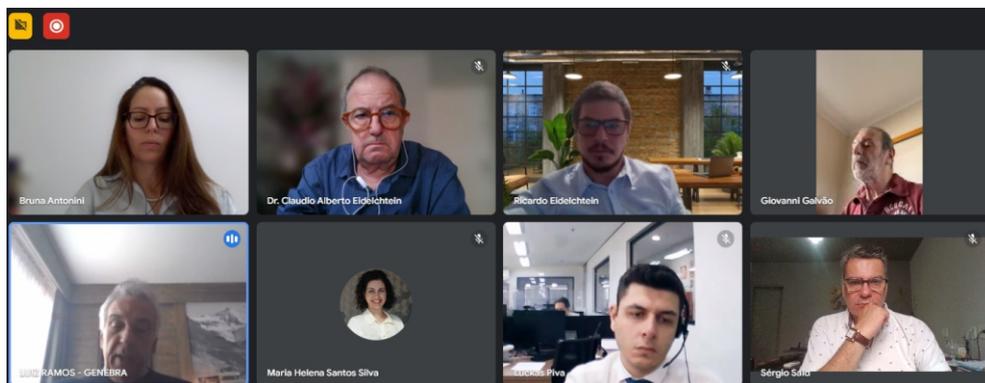
A definição dos pareceristas e revisores para o próximo tema, “Competência do Auditor Fiscal em Análises Técnicas sobre Qualidade ou Quantificação de Mercadorias”, foi adiada. A próxima reunião do GT-J foi agendada para 23 de maio, às 10h30.

O GT-J é composto pelas Dras. Bruna Antonini

(coordenadora), Joana Guimarães, Maria Helena Santos Silva Ferreira e Maysa Pittondo Deligne; e pelos Drs. Adelmo Emerenciano, Cláudio A. Eidelchtein, Diego Luiz Silva Joaquim, Fernando José Diniz, Giovanni Galvão (coordenador auxiliar), Luckas Piva (representando Emerenciano & Baggio), Mateus Soares de Oliveira, Oswaldo Castro Neto, Ricardo Eidelchtein e Rodrigo Lázaro.



GT-J segue atuando em frentes importantes para o setor no ano de 2024



Formado por profissionais do direito, com amplo conhecimento em legislação de comércio exterior e larga vivência na atuação jurisdicional, o Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J), vinculado ao SINDICOMIS/ACTC, dedica-se a temas essenciais para as categorias econômicas representadas por essas entidades.

Desde outubro de 2023, a Dra. Bruna Antonini lidera o GT-J, tendo substituído o Dr. Giovanni Galvão, atual coordenador auxiliar. Integrante desde abril de 2022, a Dra. Bruna possui sólido conhecimento em comércio exterior desde os 16 anos, quando concluiu curso técnico na área pelo Senac-SP. Posteriormente, graduou-se em Direito, obteve MBA em Administração e se especializou em Comércio Exterior e Direito Tributário. Detém, ainda, certificações internacionais em Valoração Aduaneira pela Organização Mundial das Alfândegas e em Direito de Integração no Mercosul pelo Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.

2024, um ano de intensa atuação

O ano de 2024 começou com intensidade ímpar no GT-J. Um destaque foi a aprovação do parecer sobre a “Presunção de Boa-fé do Contribuinte pelo Fisco: Direito Existente ou a Construir?”. A relevância do estudo justificou seu encaminhamento a diversas autoridades nacionais, como, por exemplo, o vice-presidente da República e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin; o secretário da RFB; o coordenador geral da COANA/SRFB; a secretária de Comércio Exterior do MDIC; o presidente do CARF/MF; os presidentes da CNC e da FecomercioSP, além dos presidentes do STF, STJ, TRF3 (SP) e TRF4 (RS).

Atualmente, o Grupo concentra esforços em discussões como os impactos da reforma tributária no comércio exterior e contribuições ao Projeto de Lei nº 508/2024, de autoria do senador Renan Calheiros, que consolida a legislação federal sobre o comércio exterior e dispõe sobre impostos de importação e exportação.

Também são assuntos em pauta e previstos para 2024 a

cobrança de adicional de armazenagem após normativas da ANTAQ, a competência do auditor fiscal em análises técnicas, os limites do arbitramento de valor aduaneiro, denúncia espontânea e responsabilidade objetiva no SISCARGA, dentre outros.

Além disso, o GT-J debate o novo regimento interno do CARF, o duplo grau da pena de perdimento no CEJUL, o uso de inteligência artificial nos julgamentos do CARF e as mudanças necessárias no Brasil para adequação à Convenção de Quioto Revisada e ao Acordo de Facilitação do Comércio.

Rumo ao Brasil do futuro

Com o propósito de fomentar debates sobre temas relevantes em comércio exterior e propor avanços, o GT-J analisa questões técnicas que demandem alterações legislativas, revisão de posicionamentos jurídicos ou adequação de procedimentos dos órgãos reguladores e intervenientes.

Operadores do comércio exterior compartilham suas dificuldades com o Grupo, que, por sua vez, avalia e debate estas questões, com o objetivo de identificar possíveis caminhos de aprimoramento da atuação prática e endereçar propostas às autoridades competentes, em um trabalho contínuo.

As políticas públicas de comércio internacional ditadas pelas autoridades envolvidas neste setor são também de interesse do Grupo, que busca alternativas para aprimorar o relacionamento entre contribuintes e autoridades. Por meio da excelente interlocução entre a presidência do SINDICOMIS/ACTC e os órgãos públicos, o GT-J mantém-se permanentemente aberto ao diálogo para sugerir melhorias que beneficiem o fluxo comercial internacional nos setores público e privado.

O compromisso com a melhoria contínua norteia o GT-J na busca por soluções que reduzam dificuldades, incertezas e custos decorrentes de imprevisibilidades para os empresários brasileiros.

Balança comercial registra superávit de US\$ 1,078 bi na 4ª semana de abril

Na 4ª semana de abril de 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,08 bilhão e corrente de comércio de US\$ 10,9 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 5,9 bilhões e importações de US\$ 4,9 bilhões.

Esses, e outros resultados foram disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

No mês, as exportações somam US\$ 28,232 bilhões e as importações, US\$ 19,605 bilhões – saldo positivo de US\$ 8,626 bi e corrente de comércio de US\$ 47,837 bi.

No ano, já são US\$ 107 bilhões em exportações e US\$ 78,8 bi de importações, com saldo de US\$ 27,7 bi e corrente de comércio de US\$ 185 bi.



Ação do MDIC interrompe importações que burlavam medidas antidumping

Investigações concluídas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex-MDIC) identificaram mais dois casos em que produtos sujeitos a medidas antidumping vinham entrando no Brasil sem o recolhimento das sobretaxas aplicadas.

“Sob orientação do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, o governo brasileiro intensificou o combate ao comércio desleal e às irregularidades nas importações, identificando e interrompendo operações que descumprem as normas”, lembra a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres. “Assim, o MDIC reforça seu papel de estímulo a práticas justas e leis de comércio internacional”.

Os casos identificados agora envolvem impor-

importado daquele país, o comprador tem de pagar entre US\$ 345,37 e US\$ 3.028,62 adicionais.

Já as medidas contra laminados a frio, do mesmo país, vigoram até outubro deste ano – com sobretaxas de US\$ 175,62 e US\$ 629,44 por tonelada.

A Secex apurou que, em intervalos distintos de 12 meses, entraram no país 63,4 toneladas de pneus agrícolas vindo de Hong Kong e 252 toneladas de laminados a frio da Turquia.

Com a conclusão dos procedimentos, os produtos, quando vindos desses dois países e



tações de “pneus agrícolas” e “laminados a frio” vindos de Hong Kong e Turquia, respectivamente, mas substancialmente produzidos na China – origem que possui medida antidumping aplicada.

Os históricos das investigações, com suas conclusões, constam das portarias Secex 312 e 313/2024, publicadas no Diário Oficial da União em 26 de abril.

As importações de pneus agrícolas da China estão sob medida antidumping até 2028 – o que significa que, para cada tonelada de produto

dos alegados produtores investigados, passam a ser classificados como originários da China. O MDIC remeteu os casos à Receita Federal para medidas adicionais.

As verificações de origem sobre pneus e laminados tiveram início em janeiro deste ano. Atualmente, existem outros quatro casos sob investigação.

CURSOS

SINDICOMIS/ACTC

INFORMAÇÕES:
(11) 3255-2599 | cursos@sindicomis.com.br

Expandimos nosso catálogo com novos cursos e adicionamos mais datas para nossa agenda de Ensino a Distância (EAD)!

Esta é a oportunidade perfeita para você, que deseja crescer profissionalmente e expandir seus horizontes sem sair de casa.

Confira nosso calendário e escolha o curso que mais combina com seus objetivos.

CURSO ANAC INICIAL

Transporte Aéreo de Artigos Perigosos
Preparação para Embarcadores / IATA CBTA 7.1
Código DGRCH1 6
De 10 a 13 de junho (EAD, 8h30-17h30)

CURSO ANAC INICIAL

Aceitação de Artigos Perigosos para
Agentes de Carga / IATA CBTA 7.3
Código DGRCH3 5
De 20 a 23 de maio (EAD, 8h30-17h30)
Código DGRCH3 6
De 17 a 20 de junho (EAD, 8h30-17h30)

CURSO ANAC RECICLAGEM

Transporte Aéreo de Artigos Perigosos
Preparação para Embarcadores / IATA CBTA 7.1
Código RDGCH1 6
De 5 e 6 de junho (EAD, 8h30-17h30)

CURSO ANAC RECICLAGEM

Aceitação de Artigos Perigosos para Agentes de
Carga
IATA CBTA 7.3
Código RDGCH3 6
De 3 e 4 de junho (EAD, 8h30-17h30)





ACTC e SINDICOMIS levam demandas do setor logístico brasileiro à liderança global na FIATA

De 23 a 26 de abril, em um evento marcado pela influência e inovação em Genebra (Suíça), Luiz Ramos, presidente da ACTC/SINDICOMIS, participou ativamente da reunião anual da FIATA, destacando-se em workshops dedicados a superar os desafios globais do setor logístico. Durante estas sessões, Ramos, em conjunto com Turgut Erkeskin e Stéphane Graber – respectivamente, presidente e diretor geral da FIATA –, discutiu a integração dos padrões logísticos brasileiros aos melhores praticados mundialmente, enfatizando o papel vital da ACTC e SINDICOMIS, que, juntas, representam 16 mil empresas e cerca de 750 mil profissionais no Brasil.

Avanços em seguros e documentações

O foco em documentações e seguros foi evidente quando Ramos revisitou discussões sobre o Conhecimento de Embarque FIATA (FBL), essencial para as PMEs no Brasil e no Mercosul, apesar de sua acessibilidade limitada. Ele destacou a colaboração da WCA na Intermodal 2024, onde foi oferecido o B/L com seguro incluído por, aproximadamente, 20 dólares cada.

Turgut Erkeskin clarificou a responsabilidade dos agentes de carga na obtenção do seguro para o FBL, mencionando negociações em andamento para incluir o seguro no e-FBL, em parceria com a Tokio Marine. A FIATA também se dedica a esclarecer as sanções aplicáveis aos transitários, além de reconhecer o uso crescente do FBL pelas grandes transportadoras devido à sua funcionalidade multimodal.

Reforço das relações institucionais e planos futuros

Ramos propôs estratégias para ampliar a influência da FIATA no Brasil, sugerindo maior cooperação e iniciativas conjuntas para a qualificação dos profissionais do setor. Ele também explorou a cooperação com a Secretaria de Negócios Internacionais do Estado de São Paulo e destacou o intercâmbio potencial com a FIATA para abordar temas como o FBL e o desenvolvimento profissional.

No contexto da Intermodal 2025, a FIATA está avaliando sua participação, considerando a oportunidade de

umentar sua visibilidade e impacto na América Latina. Além disso, uma futura visita de Turgut ao Brasil poderia fortalecer ainda mais os laços institucionais, com planos de discussões com o vice-presidente Geraldo Alckmin sobre questões cruciais para o setor.

Desafios e oportunidades no continente americano

Durante o encontro do Grupo Regional das Américas, liderado por Jorge Heinemann, foi discutida a digitalização de processos logísticos, exemplificada por uma operação de exportação bem-sucedida da Espanha para o Peru e Uruguai, totalmente digital. A reunião também abordou a colaboração com a IATA, a expansão do Programa OEA para transitários e os preparativos para o Congresso Mundial da FIATA no Panamá.

Essas discussões e iniciativas ilustram a proatividade e o compromisso da ACTC e SINDICOMIS em alinhar o setor logístico brasileiro aos padrões internacionais, maximizando oportunidades e fortalecendo a infraestrutura e práticas comerciais em escala global.

Comissão aprova programa para incentivar exportação de bens de alto valor agregado

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria incentivos à exportação de bens e serviços de alto valor agregado, como equipamentos eletrônicos, medicamentos e aeronaves.

O texto cria o Programa de Exportação de Bens Nacionais de Alto Valor Agregado (Proexalto), voltado a conceder financiamentos com equalização de taxas de juros e seguro de crédito para exportadores.

A comissão aprovou o texto do relator, deputado Sidney Leite (PSD-AM), em substituição ao PL 554/22, do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA). O substitutivo aprovado define novas formas de financiamento para o Proexalto, excluindo a ideia original do autor de utilizar dividendos do BNDES, recursos gerados com o fim de subsídios a aeronaves e embarcações e parte do Fundo da Marinha Mercante.

“Sabe-se que os dividendos das empresas estatais já têm destinação certa, o que complicaria a utilização no Proexalto. Além disso, o fim das isenções previstas e o uso de recursos do FMM também trariam problemas para os setores envolvidos”, pontua o relator.

O novo texto prevê que o Proexalto será custeado com parte da arrecadação de loterias, com recursos do Orçamento da União e ainda por meio de fundos de incentivo (Fiexalto) a serem criados por instituições financeiras para incentivar a exportação de bens de alto valor agregado. A proposta permite ainda o compartilhamento de recursos entre o atual Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e o Proexalto.

Caberá ao governo federal regulamentar o Fiexalto, incluindo a definição de critérios de governança e de repartição dos recursos federais entre as instituições participantes do



Proexalto, sendo permitido tratamento diferenciado em função do cumprimento parcial ou integral dos objetivos do programa.

O regulamento também definirá o valor máximo anual das taxas de juros das operações de crédito entre exportadores e os diversos Fiexalto.

Captação no mercado

As instituições financeiras participantes do Proexalto poderão ainda criar fundos de investimentos (Ficex-LP e Fidex-LP) para captar recursos diretamente no mercado e destiná-los ao financiamento de longo prazo e à garantia às operações financeiras feitas pelos exportadores.

Os investidores desses fundos terão direito, por cinco anos, a benefícios tributários sobre os rendimentos auferidos, como isenção do Imposto de Renda para os investidores pessoa física. Os bancos também terão direito a renúncia tributária pelas perdas financeiras do Fiexalto.

“A combinação dos recursos orçamentários e de alienação dos recebíveis de exportação criaria um volume permanente de recursos para a exportação em montante até cinco vezes superiores aos atuais. Ao mesmo tempo, seria eliminado o principal gargalo para as exportações de bens de alto valor agregado, que é a imprevisibilidade dos recursos”, conclui o relator.

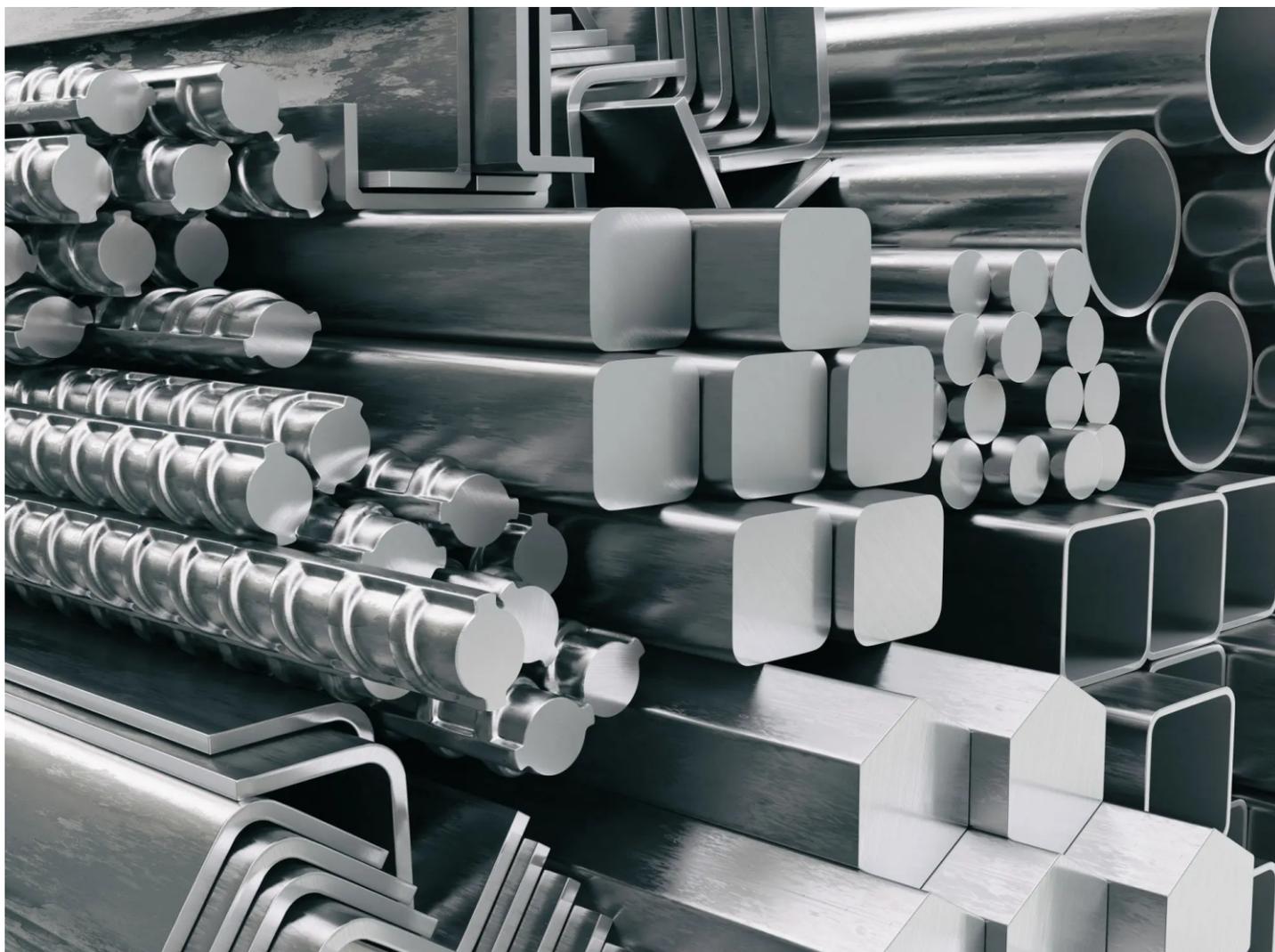
Nota sobre deliberação do Gecex para produtos de aço

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) elevou para 25% o imposto de importação de 11 NCMs de aço e estabelecer cotas de volume de importação para esses produtos – de maneira que a tarifa só sofrerá aumento quando as cotas forem ultrapassadas. Serão avaliadas, ainda, outras quatro NCMs que poderão receber o mesmo tratamento. A medida vale por 12 meses.

Após análises das equipes técnicas, foi concedida a majoração às NCMs cujo volume de compras externas, em 2023, superou em 30% a média das compras ocorridas entre 2020 e 2022. Este é o caso das 15 selecionadas. Dessas, as quatro que seguem em avaliação apresentaram

variações de preço, que exigirão novos estudos.

Estudos técnicos mostram que a medida não trará impacto nos preços ao consumidor ou a produtos de derivados da cadeia produtiva. Durante os 12 meses, o governo vai monitorar o comportamento do mercado. A expectativa do governo é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional.



MDIC reativa Conex de olho no comércio Brasil-África

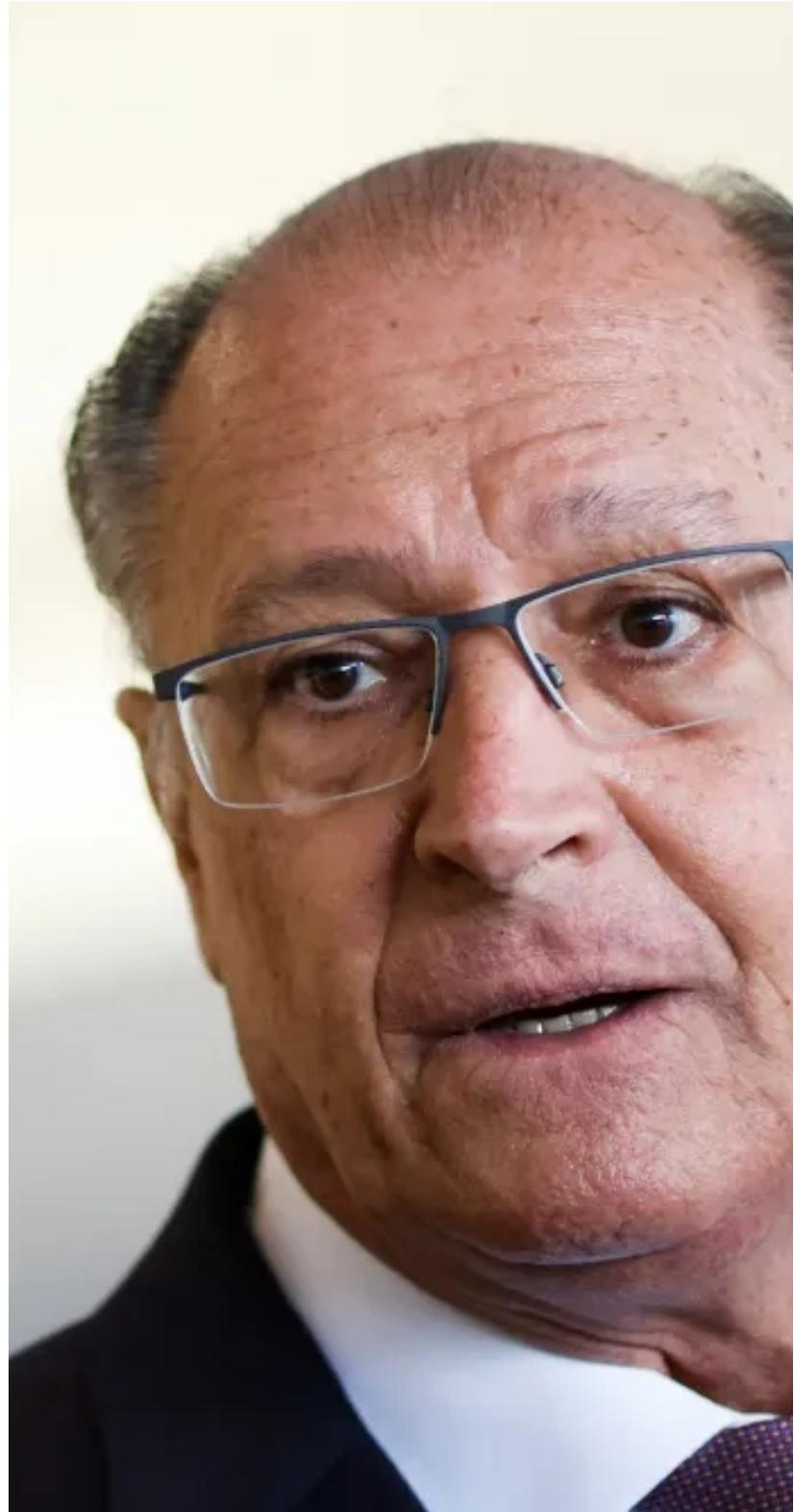
O governo federal reativou o Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com o objetivo de fortalecer as relações do Brasil com os países africanos.

Durante a primeira reunião ordinária de 2024, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, destacou a importância de o Conex retomar os trabalhos tendo como prioridade estreitar os laços com a África.

Nos últimos anos, o Brasil recuou em termos de presença comercial com a África, o que impactou nos negócios. “Em 2007, a nossa corrente de comércio com a África representava mais de 7% do fluxo de comércio brasileiro. Hoje é a metade, passamos de 7% para 3,5%. A África cresce, e deve crescer este ano 3,2%. Temos aí uma agenda de possibilidades”, avaliou o ministro.

Presidida pelo MDIC, o Conex é composto por representantes dos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, além de 22 membros do setor produtivo. O objetivo do conselho é assessorar a Camex, por meio da elaboração e do encaminhamento de estudos e de propostas setoriais para aperfeiçoamento da política de comércio exterior, de investimentos e de financiamento e de garantias às exportações.

Na reunião, o vice-presidente também ressaltou a importância de o Brasil avançar nos acordos comerciais para ganhar mais mercados e reforçou o papel do setor produtivo de sugerir, no Conex, propostas de políticas que o governo pode realizar. “A gente pode implementar as propostas para conquistar mais parcerias, mais investimentos recíprocos, mais complementariedade econômica. Para avançar ainda mais”, destacou Alckmin.





CIMEC
Câmara Internacional de Mediação
e Arbitragem de Conflitos



SECRETARIA NACIONAL DE
JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



CURSO PARALEGAL BÁSICO DE MEDIAÇÃO



SECRETARIA NACIONAL DE
JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



MEDIAÇÃO PARA ADVOGADOS E GESTORES DE RH



SECRETARIA NACIONAL DE
JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



MEDIAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RESOLVA DISPUTAS
COM AGILIDADE NA

CIMEC

*Mediação e arbitragem
eficientes para sua empresa*

 (11) 2391-6044

 camaracimec.com.br





2024 FIATA HQ Meeting: Uniting for Resilience

F IATA the International Federation of Freight Forwarders Associations closed its 2024 FIATA HQ Meeting yesterday, after 4 intensive days of interactive discussions and workshops. This successful event brought together over 250 participants from some 60 territories worldwide, embodying the theme “Uniting for Resilience”.

The FIATA HQ Meeting 2024 drew to a successful close this week (23-26 April 2024), in Geneva, Switzerland, the heart of the international community. This annual landmark event brought together industry leaders, subject matter experts and practitioners from the freight forwarding and logistics community around the world to address pressing industry challenges and opportunities, with a focus on building resilience to volatile externalities.

Taking place in the wake of significant supply chain uncertainty and shocks, FIATA President Mr Turgut Erkeskin, stressed: “This unpredictable environment led to the restructuring of global supply chains with a more protectionist approach, giving rise to nearshoring and allied shoring policies and changing the course of globalisation”. The FIATA President highlighted that the “global environment is expected to remain volatile and unstable”, a new normal in which freight forwarders and other supply chain actors will operate.

Amid supply chain uncertainty, the focus was on finding agile, practical and actionable solutions for freight forwarders to reinforce their role in bringing global trade connectivity in a turbulent and rapidly evolving marketplace. 45 key industry topics were discussed, in dedicated breakout sessions within over 15 highly rated workshop sessions. With subject matter experts coming from various organisations in Geneva and afar, the 2024 FIATA HQ Meeting showcased FIATA’s strong collaboration with international organisations involved in trade policy, transportation modes, sustainability, and technology.

Taking stock of the special opening keynote fireside chat



with the Director General of the International Air Transport Association (IATA) Mr Willie Walsh, the FIATA President underlined the importance of cooperation amongst supply chain stakeholders, given their symbiotic relationship: “We are realigning relationships with key organisations, including IATA, to provide a level playing field and defend fair business practices.”

Referring to the ongoing work between IATA and FIATA to modernise the IATA Cargo Agency Programme as discussed during the fireside chat with Mr Walsh, the FIATA President noted: “The goal is to develop a single Global Air Cargo Programme that redefines the relationship between airlines and forwarders, reflecting the commercial realities of today and allowing collaborative market evolution. We believe that having a uniform global programme, jointly administered by IATA and FIATA with common global standards, would strengthen the ease of doing business within the industry through harmonised rules and requirements, whilst addressing other important topics such as integrated services, digitalisation, safety, and security



concerns”.

Resilience and collaboration were key themes. In today’s volatile environment, freight forwarders play an important role in providing value-added services to their customers to facilitate supply chain fluidity and connectivity. The crucial opportunities brought by technology were underlined, in line with FIATA’s efforts to provide digital industry solutions to facilitate trade, such as the Digital FIATA Multimodal Transport Bill of Lading (eFBL) and its secured industry data standard, Freight Pay, and many more.



The importance of training and empowering the next generation of industry leaders was identified as key for the future resilience of the industry. The FIATA HQ Meeting 2024 Closing Ceremony also played host to the award ceremony of the Global Supply Chain Classroom (GSCC) Global Sustainability Supply Chain Student Competition, pursuant to the visionary Memorandum of Understanding concluded between FIATA and GSCC earlier this year. The competition brings together university students to address supply chain challenges, actively involving young talents and developing sustainable solutions to shape the industry’s future. FIATA warmly congratulates the winning teams from the Beijing Institute of Technology (Gold winning team), the Tsinghua University (Bronze winning team), and the University of Rhode Island and Beijing Wuzi University (paired winning team).



FIATA will continue to pursue excellence in logistics, by promoting training and professional development, fostering collaboration amongst stakeholders of the supply chain, whilst representing the global voice of logistics through its extensive network. Leveraging the strength of FIATA’s global membership, FIATA is working hard to improve policies, make the markets more accessible, profitable and efficient, adding value to the supply chain, and supporting industry advancement.

About FIATA

FIATA International Federation of Freight Forwarders Associations is a non-governmental, membership-based organisation representing freight forwarders in some 150 countries. FIATA’s membership is composed of 114 Associations Members and more than 6,000 Individual Members, overall representing an industry of 40,000 freight forwarding and logistics firms worldwide. Based in Geneva, FIATA is ‘the global voice of freight logistics’



O imposto de exportação incidente na exportação de cigarros (NCM 2402.20.00) deve ser calculado pelo Valor da Mercadoria no Local de Embarque (VMLE) ou pelo Valor da Mercadoria na Condição de Venda (VMCV)?

Conforme art. 2º, e § 1º, do Decreto-Lei nº 1.578/1977, a base de cálculo do imposto de exportação é o preço à vista do produto FOB ou posto na fronteira, ou seja, o valor da mercadoria no local de embarque (VMLE).

Existe a operação "exportação por encomenda"?

Não. Na exportação há amparo legal apenas para a exportação indireta e a exportação por conta e ordem de terceiros.

Qual amparo legal define o conceito "material promocional" na importação?

Para maiores informações referente ao assunto, consultar:

- art. 2º da Portaria MF nº 107/1996; e
- parágrafo único, art. 1º, da Instrução Normativa SRF nº 10/2000 (MERCOSUL).

Qual o prazo de vigência do regime Repetro-Industrialização? É passível de prorrogação?

O prazo de vigência do regime será de um ano, prorrogável automaticamente pelo mesmo período, contado da data do respectivo desembaraço aduaneiro ou da emissão da NF-e, na hipótese de aquisição no mercado interno.

Na hipótese de importação ou de aquisição no mercado interno de mercadorias destinadas a produção de bens de longo ciclo de fabricação, o prazo de vigência será concedido por período compatível com o de fabricação, constante do contrato, desde que não ultrapasse o período de cinco anos.

A habilitação no Repetro-Industrialização abrange suas filiais?

A habilitação será outorgada ao estabelecimento matriz da pessoa jurídica aplicando-se a todos os seus estabelecimentos, porém, na hipótese de a matriz da pessoa jurídica interessada não ser

fabricante de produto final ou intermediário, deve ser apresentado vínculo contratual de outro estabelecimento da pessoa jurídica.

Qual norma regulamenta a aplicação do regime especial de Repetro-Industrialização?

A Instrução Normativa RFB nº 1.901/2019 regulamenta a aplicação do regime especial de industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização).

Uma empresa comercial pode ser beneficiária do regime Repetro-Industrialização?

Não. Apenas a pessoa jurídica fabricante de produto final ou intermediário poderá ser beneficiária do regime.

Onde solicitar o Certificado de Origem para as exportações destinadas à União Europeia amparadas por Cota Frango?

Os Certificados de Origem serão emitidos mediante autorização do Decex, após solicitação de obtenção do Certificado de Origem Digital no módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO) do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, disponível na página eletrônica do Portal Único Siscomex.

